

Segurança Defesa

Novembro 2006

Segurança e Justiça em Portugal:
Entrevista com Rui Pereira

O mundo arabo-islâmico

A estratégia anti-terrorista da União Europeia

A estratégia de defesa dos EUA no mundo

O terrorismo e a segurança aérea

Segurança nacional e informações

Forum Europeu para a Segurança Interna

Novembro 2006

REVISTA TRIMESTRAL DE GRANDE INFORMAÇÃO 7 € DIRECTOR: JOSÉ MANUEL ANES

- 08_ Editorial
JOSÉ MANUEL ANES
- 10_ O Mundo arabo-islâmico
ÂNGELO CORREIA
- 18_ A Estratégia de Defesa dos EUA no mundo
PAULO PEREIRA DE ALMEIDA
- 24_ 444: A estratégia anti-terrorista da União Europeia
LUÍS TOMÉ
- 34_ A fronteira do inegociável
A. REBELO DE SOUSA
- 40_ Segurança e droga no Afeganistão:
Chegou a altura de novas alternativas
VITALINO CANAS
- 46_ A estratégia do Irão
A. SILVA RIBEIRO
- 50_ Terrorismo e a segurança dos mares
TERESA BOTELHO
- 56_ Segurança, desenvolvimento e “o espírito de Bissau”
JORGE BRAGA DE MACEDO
- 62_ A CPLP: um projecto dilemático
JOÃO FRANCISCO DE BRITO DOS SANTOS
- 66_ Entrevista sobre Segurança e Defesa com Rui Pereira
SOFIA DE CARVALHO E ADRIANA SILVA AFONSO

- 81_ A segurança e defesa: um domínio único?
ALICE FEITEIRA
- 89_ Segurança nacional e informações
JORGE SILVA CARVALHO
- 102_ O terrorismo e a segurança aérea
JOSÉ M. L. RODRIGUES LEITE
- 113_ Energia: uma questão candente de segurança?
ALM. REIS RODRIGUES
- 118_ Zona económica prisional: arquétipo ou paradoxo?
HELENA MAGALHÃES

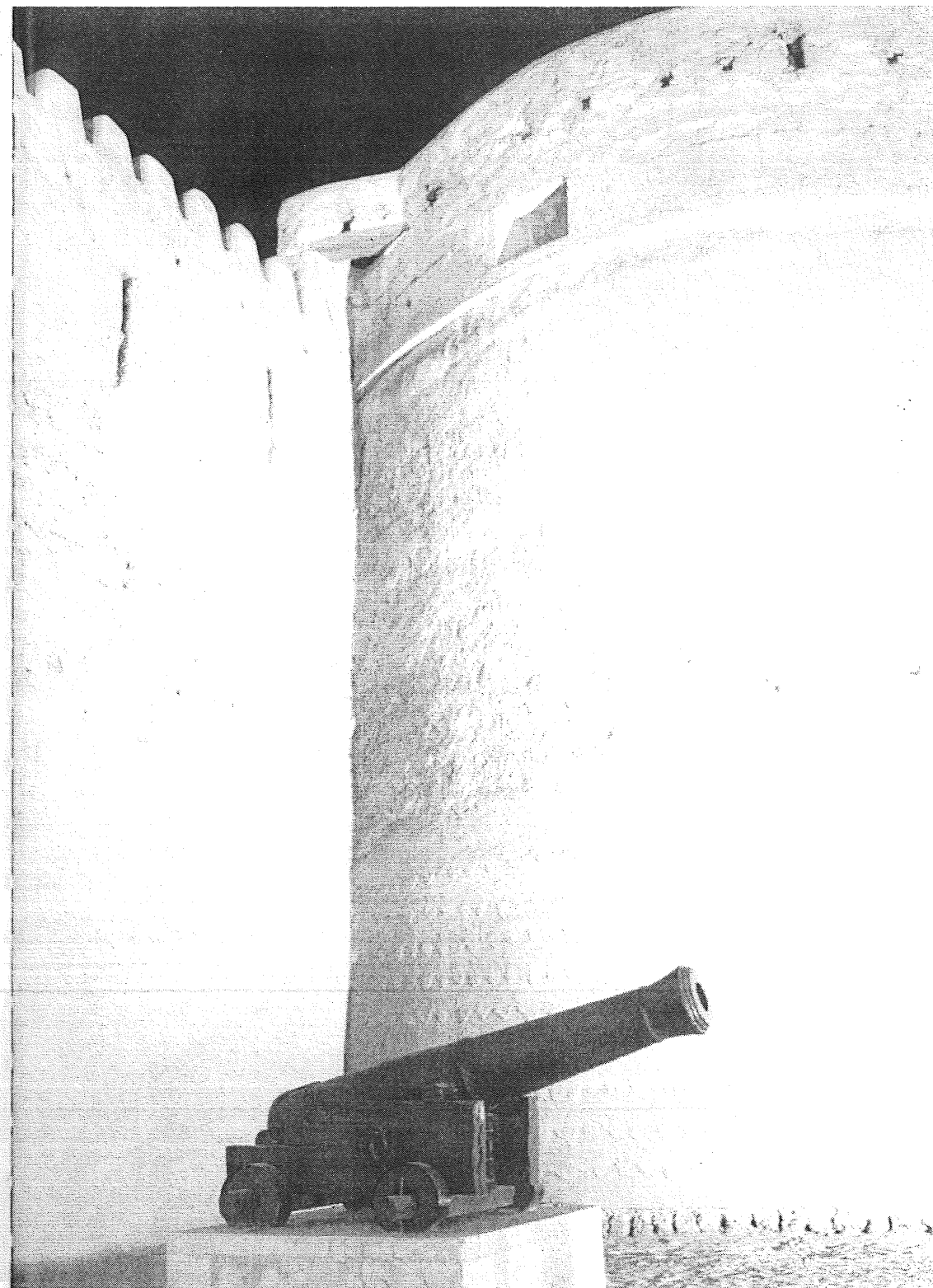
- 126_ Forum Europeu para a Segurança Urbana
VASCO FRANCO

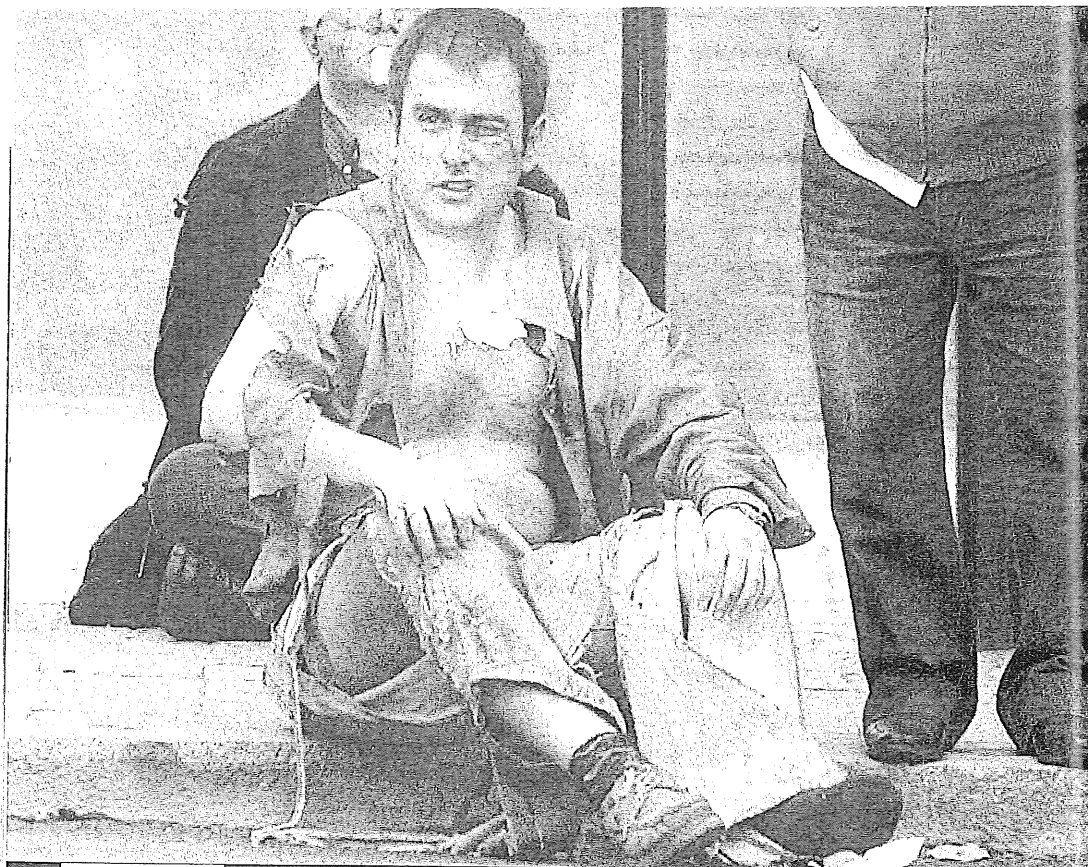
- 132_ Localiser um projecto de localização, gestão e segurança de
pessoas e bens. Entrevista com Dr. Raúl Mota
JORGE SILVA CARVALHO

- 135_ Seminário Internacional - "CIDADES E TERRORISMO:
REDUÇÃO DE RISCOS E GESTÃO DA CRISE"
Universidade Autónoma de Lisboa - "PÓS GRADUAÇÃO E
MESTRADO EM ESTUDOS DA PAZ E DA GUERRA"
Segurança Marítima - "AGÊNCIA EUROPEIA INAUGURADA
OFICIALMENTE EM LISBOA"
IPRIS - Instituto Português de Relações Internacionais e
Segurança - "ONGD AO SERVIÇO DE UMA ANÁLISE E VISÃO
ABRANGENTES"
Centro Português de Geopolítica - "O MEIO GEOGRÁFICO,
OS POVOS, AS NAÇÕES E AS COMUNIDADES POLÍTICAS"

- 140_ Divulgação de livros e revistas.

- 143_ Princípios editoriais da Revista Segurança e Defesa





Luís Tomé

“4-4-4: A ESTRATÉGIA ANTI-TERRORISTA DA UNIÃO EUROPEIA”

Embora a Europa tenha uma longa e trágica história de convivência com o terrorismo, a União Europeia (UE) intensificou, nos últimos anos, a luta antiterrorista, por via da emergência do “terrorismo de novo tipo”, a pressão dos acontecimentos e, nomeadamente, ao ritmo dos grandes atentados (11 de Setembro 2001 - EUA, 11 de Março 2004 - Madrid e 7 de Julho 2005 - Londres). Tendo reconhecido na Estratégia Europeia de Segurança que a «A Europa é simultaneamente um alvo e uma base para o terrorismo»¹, o Conselho da UE

adoptou, em Novembro de 2005, sob a liderança da Presidência britânica, a “Estratégia Anti-terrorista da União Europeia” que, como aí se afirma, «requer um trabalho a nível nacional, europeu internacional no sentido de reduzir a ameaça do terrorismo e a nossa vulnerabilidade a atentados»².

Este texto procura precisamente dissecar a Estratégia Antiterrorista da UE, estratégia essa que assenta num autêntico “4-4-4”, ou seja, quatro vertentes, quatro contributos quatro elementos cruciais.

QUATRO VERTENTES

A Estratégia Antiterrorista da União Europeia começa por afirmar que «O terrorismo é uma ameaça para todos os Estados e para todos os povos»⁴ e que «O terrorismo é criminoso e injustificável em quaisquer circunstâncias»⁵. Assim se justifica a Estratégia que compreende os seguintes objectivos principais: «prevenir novos recrutamentos para o terrorismo; proteger melhor os alvos potenciais; perseguir e investigar os membros das redes existentes; melhorar a nossa capacidade para responder a atentados terroristas e gerir as consequências que deles advêm»⁶.

A Estratégia baseia-se, pois, em quatro vertentes – Prevenir, Proteger, Perseguir e Responder – subordinados a um “Compromisso Estratégico”: «Combater o Terrorismo em todo o mundo, no pleno respeito pelos direitos humanos, e tornar a Europa mais segura, para que os seus cidadãos possam viver num espaço de liberdade, segurança e justiça»⁷. As quatro vertentes constituem uma resposta abrangente e proporcionada à ameaça terrorista internacional:

Prevenir – evitar o recurso ao terrorismo, combatendo os factores ou causas profundas que podem conduzir à radicalização e ao recrutamento, na Europa e no resto do mundo;

Proteger – proteger os cidadãos e as infra-estruturas e reduzir a vulnerabilidade a atentados, melhorando designadamente a segurança das fronteiras, dos transportes e das infra-estruturas essenciais;

Perseguir – perseguir e investigar os terroristas através das fronteiras da UE e em todo o mundo; impedir o planeamento, as deslocações e as comunicações; dismantelar as redes de apoio; pôr termo ao financiamento e ao

acesso a material utilizável em atentados, e entregar os terroristas à justiça;

Responder – preparar para gerir e minimizar as consequências dos atentados terroristas, tornando a União e os Estados-Membros mais capazes de fazer face à fase de rescaldo, à coordenação da resposta e às necessidades das vítimas.

De acordo com o documento, as grandes prioridades da vertente “Prevenir” são:

- «Definir abordagens comuns para detectar e combater os comportamentos de risco, designadamente a utilização abusiva da Internet;
 - Combater a instigação e o recrutamento, designadamente em meios-chave como as prisões, locais de formação ou culto religioso, inter alia mediante a implementação de legislação que criminalize esses comportamentos;
 - Desenvolver uma estratégia de informação sobre as políticas da UE a nível dos media e da comunicação;
 - Promover a boa governação, a democracia, a educação e a prosperidade económica através dos programas de assistência da Comunidade e dos Estados-Membros;
 - Desenvolver o diálogo intercultural no interior e no exterior da União;
 - Adoptar uma linguagem objectiva para debater os problemas;
 - Continuar a investigar e a partilhar análises e experiências, a fim de melhorar a nossa percepção dos problemas e de elaborar respostas políticas»⁸.
- Na vertente “Proteger”, são estas as grandes prioridades:
- «Realizar melhorias no que diz respeito à segurança dos passaportes da UE através da introdução de dados biométricos;
 - Implantar o Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) e a segunda geração do

Sistema de Informação de Schengen (SIS II);

- Desenvolver, através da FRONTEX, uma análise de risco eficaz nas fronteiras externas da UE;
- Implementar as normas comuns acordadas em matéria de segurança da aviação civil e de segurança portuária e marítima;
- Aprovar um programa europeu para a protecção das infra-estruturas essenciais;
- Utilizar da melhor forma possível a actividade de investigação a nível da UE e da Comunidade».

As grandes prioridades da vertente "Perseguir" são:

- «Reforçar as capacidades nacionais de luta antiterrorista, à luz das recomendações da avaliação, pelos pares, dos mecanismos nacionais de luta contra o terrorismo;
- Tirar o máximo partido da Europol e da Eurojust e facilitar a cooperação policial e judiciária, e continuar a integrar as análises da ameaça efectuadas pelo Centro de Situação Conjunto na elaboração das políticas de luta contra o terrorismo;
- Desenvolver mais o reconhecimento mútuo das decisões judiciais nomeadamente através da adopção do mandado europeu de obtenção de provas;
- Assegurar a plena implementação e avaliação da legislação em vigor, bem como a ratificação dos tratados e convenções internacionais pertinentes;
- Desenvolver o princípio da disponibilização da informação em matéria de aplicação da lei;
- Resolver o problema do acesso dos terroristas a armas e explosivos, desde as peças para explosivos artesanais a material NBRQ;
- Resolver a questão do financiamento dos terroristas, nomeadamente implementando

a legislação acordada, trabalhando no sentido de evitar a utilização abusiva do sector não lucrativo e fazendo o balanço do desempenho geral da UE neste domínio;

- Prestar assistência técnica para reforçar a capacidade dos países terceiros prioritários».

E são estas as grandes prioridades da vertente "Responder":

- Aprovar a nível da UE dispositivos de coordenação em caso de crise e respectivos procedimentos operacionais de acompanhamento;
- Rever a legislação relativa ao Mecanismo Comunitário de Protecção Civil;
- Desenvolver a análise de risco como base para a criação de capacidades de resposta a atentados;
- Melhorar a coordenação com as organizações internacionais no que respeita à gestão da resposta a atentados terroristas e outras catástrofes;
- Partilhar boas práticas e definir abordagens em matéria de prestação de assistência às vítimas do terrorismo e respectivas famílias.»

QUATRO CONTRIBUTOS

Embora reconheça que a principal responsabilidade da luta contra o terrorismo cabe a cada um dos Estados-Membros, a Estratégia Antiterrorista também justifica que «a UE pode dar uma mais-valia traduzida em 4 grandes contributos:

Reforçando as capacidades nacionais – utilizando as boas práticas e partilhando conhecimentos e experiências por forma a melhorar as capacidades nacionais mediante, designadamente, uma melhor recolha e análise de dados e informações;

Facilitando a cooperação europeia –

colaborando no sentido de trocar informações em condições de segurança entre os Estados-Membros e as Instituições europeias, estabelecendo e avaliando mecanismos que facilitem a cooperação;

Desenvolvendo a capacidade colectiva – assegurando a existência de capacidade ao nível da UE para ter uma percepção da ameaça terrorista e elaborar respostas políticas colectivas, aproveitando da melhor forma a capacidade dos órgãos da UE, incluindo a Europol, a Eurojust, a Frontex, o CIV e o SITCEN;

Promovendo parcerias internacionais – cooperando com parceiros exteriores à UE, em especial as Nações Unidas, outras organizações internacionais e países terceiros relevantes, a fim de aprofundar o consenso internacional, desenvolver as capacidades e reforçar a cooperação na luta antiterrorista.

E, de facto, independentemente da Estratégia Antiterrorista, a União tem feito esforços no sentido de fortalecer e desenvolver as capacidades nacionais, europeias e internacionais. São vários os domínios em que se verificam esses esforços:

No domínio da Justiça e Assuntos Internos: introduziu o Mandato de Captura Europeu para eliminar a possibilidade dos terroristas e outros criminosos se evadirem à justiça explorando as diferenças entre os sistemas legais nacionais; avançou no reconhecimento mútuo das ordens judiciais; - alcançou uma definição comum de ofensas terroristas: «serão consideradas ofensas terroristas os actos intencionais (...) que, pela sua natureza ou pelo contexto em que foram cometidos, sejam susceptíveis de afectar gravemente um país ou uma organização internacional, quando o seu autor os pratique com o objectivo de: intimidar gravemente uma população; ou constrenger indevidamente os

poderes públicos, ou uma organização internacional, a praticar ou a abster-se de praticar qualquer acto; ou destabilizar gravemente ou destruir as estruturas fundamentais políticas, constitucionais, económicas ou sociais de um país, ou de uma organização internacional.»¹⁴ elaborou listas comuns de indivíduos, grupos e entidades terroristas, estabeleceu sentenças mínimas para actividades terroristas e criminalizou a direcção, o apoio e o incitamento à actividade terrorista; criou o Eurojust para melhorar a coordenação entre os magistrados e procuradores da União; desenvolveu a unidade antiterrorista da Europol e o Counter-Terrorist Group (CTG); desenvolve uma espécie de serviço de intelligence conjunto (SitCen-EU Joint Situation Centre); decidiu a retenção de registos sobre o fluxo das comunicações; aprovou a partilha de dados e informações sobre explosivos desaparecidos; aprovou o princípio de mandato de provas europeu pelo qual um juiz de um Estado-Membro pode obter rapidamente as provas incriminatórias contra um suspeito em qualquer outro Estado-Membro; procura reforçar a cooperação operacional e a partilha de informações entre os serviços competentes dos Estados-Membros e entre estes e as agências, organismos e serviços da União (Europol, Eurojust, Agência Europeia para Gestão da Cooperação Operacional das Fronteiras Externas, SITCEN, Coordenador UE Antiterrorista, Comité Estratégico sobre Imigração, Fronteiras e Asilo, Policie Chiefs Task Force...).

No domínio da Segurança dos Transportes e das Fronteiras: criou a Agência Europeia para Gestão da Cooperação Operacional das Fronteiras Externas; aprovou regulação que introduziu padrões mínimos de segurança e identificação biométrica nos passaportes e

noutros documentos produzidos pelos Estados-Membros; lançou o Visa Information System (VIS) e prevê aperfeiçoar o Sistema de Informação Shengen (SISII); aprovou legislação suplementar para controlo de fronteiras e postos de alfândega; aprovou legislação referente à segurança de aeroportos e aeronaves, bem como de navios e portos.

Para combater o Financiamento do Terrorismo: estipulou uma lista de entidades, grupos e indivíduos cujos fundos foram congelados por suspeita de associação ou financiamento ao terrorismo; aprovou novas directivas contra a lavagem de dinheiro e estendeu as medidas de defesa contra activos financeiros que encubram financiamento ao terrorismo; avançou com medidas destinadas a restringir o movimento de capitais com origens e destinos suspeitos; intensificou a partilha de informações sobre transacções suspeitas entre os Estados-Membros (unidades de investigação financeira); começou a desenvolver uma base de dados electrónica contendo todas as informações relevantes a respeito de indivíduos, grupos e entidades objecto das sanções financeiras da UE; acordou num código de conduta para prevenir a instrumentalização de redes de caridade pelos terroristas.

No que respeita à Protecção Civil: começou a desenvolver um mecanismo aperfeiçoado de "protecção civil europeu"; iniciou um programa europeu de preparação e resposta a ataques com agentes nucleares, radiológicos e químicos (NRBQ); estabeleceu um sistema de alerta precoce em caso de ataques com componentes NRBQ; iniciou um programa específico para partilha de dados nacionais sobre meios e vacinas disponíveis em caso de ataque bio-terrorista; aprovou ajuda específica para as vítimas de ataques terroristas; iniciou o estabelecimento

de um programa para protecção de infra-estruturas críticas procura estabelecer o Health Security Committee para desenvolver e implementar uma política de segurança para a saúde; participa em programas internacionais como o Global Health Security Initiative do G7.

No domínio das Relações Externas: apoia o papel-chave das Nações Unidas no combate global contra o terrorismo, promovendo a plena implementação das 13 convenções e protocolos internacionais anti-terrorismo (incluindo a Convenção das Nações Unidas para a supressão dos actos de Terrorismo Nuclear) e a adopção rápida de uma Convenção Universal Contra o Terrorismo; trabalha com agências e organismos internacionais como a UN Counter-Terrorism Executive Directorate, o UN Office on Drugs and Crime, a OSCE, o Conselho da Europa, o G8, a Agência Internacional da Energia Atómica (AIEA), a Organização para a Interdição de Armas Químicas (OPCW), a Aliança Atlântica, etc.; intensificou o diálogo e a cooperação com organizações regionais relevantes, com os parceiros Euromed (Mediterrâneo), os EUA, o Canadá, a Noruega, a Suíça ou a Rússia. A dimensão regional na luta contra o terrorismo é tida em conta e incluída nos planos de acção aprovados pela União e seus parceiros no quadro da nova Política de Vizinhança; desenvolve a assistência técnica relacionada com contra-terrorismo para terceiros países (cerca de 80 países no total), fortalecendo os seus mecanismos e sistemas antiterroristas; passou a incluir cláusulas de efectivo anti-terrorismo em todos os acordos com terceiros países; passou a usar a assistência ao desenvolvimento como forma de limitar possíveis bases de apoio e de recrutamento das redes terroristas, nomeadamente através de

acções relacionadas com redução da pobreza, boa governação e participação democrática; financia e apoia emergentes capacidades regionais de luta antiterrorista em África e na Ásia (como o Centro Antiterrorista da União Africana e o Jakarta Centre for Law Enforcement Cooperation-JCLEC, por exemplo); aumentou significativamente a cooperação com os Estados Unidos na luta antiterrorista⁵. Além da intensa cooperação entre os serviços de intelligence e policiais dos dois lados do Atlântico, foram tomadas outras medidas: concluíram-se acordos sobre Extradicação e Assistência Legal Mútua; concluíram-se acordos sobre a transferência de registos Personal Name Records (PNR) das companhias aéreas para as autoridades alfandegárias; intensificou-se a colaboração no estabelecimento de padrões de segurança globais; implementou-se uma nova Política de Diálogo sobre Segurança no Transporte e Fronteira (PDBTS); assinaram-se acordos para aumento da cooperação entre a Europol e as agências americanas, incluindo a partilha de informações; estabeleceram-se canais de ligação entre o Eurojust e o Departamento de Justiça dos EUA; promoveram-se encontros formais e informais entre a Troika da UE e os EUA e entre a Comissão, a Presidência e o Coordenador da Luta Antiterrorista da UE com homólogos do Departamento de Segurança Interna e do Departamento de Estado dos Estados Unidos.

No domínio da Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e também da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD):

- criou o cargo de Coordenador Antiterrorista da UE (Março 2004), tendo este por principais funções coordenar os trabalhos do Conselho da UE em matéria de combate ao

terrorismo, supervisionar todos os instrumentos de que a União dispõe, acompanhar de perto a implementação do Plano de Acção da UE de Luta Antiterrorista e assegurar a visibilidade das políticas da União na luta contra o terrorismo;

-aprovou as primeiras declarações PESC sobre luta contra o terrorismo (16 entre 2001 e 2005);

-aprovou um Quadro Conceptual da dimensão PESD na luta contra o terrorismo¹⁶ que, directamente ou em apoio a outros instrumentos, contempla quatro principais áreas de acção – prevenção, protecção, resposta/gestão das consequências e apoio a países terceiros na luta contra o terrorismo – e no qual são fixados seis princípios básicos: solidariedade entre Estados-Membros; natureza voluntária das contribuições nacionais; claro entendimento da ameaça terrorista e pleno uso dos procedimentos de análise de ameaça; coordenação transversal na luta antiterrorista; cooperação com parceiros relevantes; natureza complementar da contribuição PESD.

Apostando na prevenção, a fim de evitar que alguns enveredem pelo terrorismo e de impedir que surja uma nova geração de terroristas, o Conselho da UE adoptou, em 24 de Novembro de 2005, uma "Estratégia de Combate à Radicalização e ao Recrutamento para o Terrorismo". Nesta, a Europa tenciona:

- «desarticular as actividades das redes e dos indivíduos que aliciavam pessoas para o terrorismo;
- garantir que as opiniões da maioria prevaleçam sobre o extremismo;
- promover mais energicamente a

segurança, a justiça, a democracia e as oportunidades para todos»¹⁷.

Com base no princípio de “responsabilidade democrática”, a Estratégia Antiterrorista da UE está sujeita a supervisão política e acompanhamento periódico. Assim, o Conselho Europeu faz, uma vez por semestre, a avaliação dos progressos registados na execução da Estratégia¹⁸. Antes disso, realiza-se um diálogo político a alto nível sobre luta antiterrorista entre o Conselho, o Parlamento Europeu e a Comissão Europeia, a fim de assegurar a governação interinstitucional, a transparência e o equilíbrio da abordagem da UE, também com uma reunião por Presidência¹⁹. A Estratégia é completada por um Plano de Acção pormenorizado que especifica as medidas e acções pertinentes a adoptar no âmbito das quatro vertentes²⁰, indica o órgão competente para as implementar, fixa o deadline e faz também a avaliação da performance dos Estados-Membros acerca dos instrumentos legislativos e operacionais entretanto lançados, quer no quadro da UE quer no âmbito das Nações Unidas. Desta forma, os progressos em cada ponto específico poderão ser acompanhados periodicamente pelo Comité de Representantes Permanentes (COREPER), cabendo ao Coordenador da Luta Anti-terrorista e à Comissão Europeia proceder ao seguimento e actualização periódicos²¹.

QUATRO ELEMENTOS

Além dos quatro pilares e dos quatro contributos expressos no documento, podemos identificar mais quatro elementos cruciais em que assenta a Estratégia Antiterrorista da UE. Em primeiro lugar, «Os Estados-Membros são os principais responsáveis pela luta contra o terrorismo»²², ou seja, os organismos nacionais

continuam a ter a primazia e os governos nacionais mantêm o controlo total das suas forças policiais, da sua segurança, dos seus organismos de informação e das suas autoridades judiciais²³. O modelo da UE é de baixo para cima, cabendo o papel central na luta contra o terrorismo às autoridades nacionais: quanto mais estas fizerem para melhorarem as suas capacidades e a sua coordenação interna, mais capacidades terá a UE e mais fácil será a coordenação ao nível europeu e internacional. Consequentemente, o primeiro aspecto da mais-valia que a UE pode dar na luta antiterrorista é, precisamente, o de reforçar as capacidades nacionais.

O segundo elemento é a aposta na cooperação prática ao nível europeu, pois «a UE é um espaço cada vez mais aberto, com uma íntima relação entre os aspectos internos e externos da segurança (...) numa conjuntura de que os terroristas se servem de forma abusiva para atingirem os seus fins»²⁴, contexto este que «torna indispensável uma actuação concertada e colectiva da Europa, marcada pela solidariedade, para combater o terrorismo»²⁵. Daí o imperativo contributo da UE facilitar a cooperação europeia e desenvolver também a capacidade colectiva.

A terceira linha de acção é fortalecer a cooperação entre a UE e os parceiros externos e «edificar o consenso internacional e promover normas internacionais de combate ao terrorismo»²⁶. Conforme estabelecido na Estratégia Europeia de Segurança, a União Europeia assume, pela sua acção externa, a responsabilidade de contribuir para a segurança global e para a criação de um mundo mais seguro. Assim, a UE promove os esforços envidados no seio da ONU no sentido de definir uma estratégia antiterrorista global; confere à luta contra o terrorismo a mais elevada prioridade no diálogo com países

parceiros relevantes, como os EUA; e coopera com países terceiros prioritários²⁷ – incluindo os do Norte de África, do Médio Oriente e do Sudeste Asiático – ajudando-os a desenvolver capacidades antiterroristas, no pressuposto de que «Quanto mais eles se protegerem, melhor será para a nossa própria segurança»²⁸. Outro aspecto da abordagem europeia na luta antiterrorista é «o esforço para solucionar os conflitos e promover a boa governação e a democracia... no quadro do diálogo e da aliança entre culturas, credos e civilizações, tendo em vista combater os factores que motivam a radicalização e os factores estruturais que estão na sua origem»²⁹. Na realidade, o combate ao terrorismo tornou-se pedra angular da política externa da UE: a própria Estratégia Antiterrorista refere que «Há um elemento comum aos quatro pilares da Estratégia da União: o papel da UE no mundo»³⁰.

O quarto elemento crucial em que assenta a Estratégia Antiterrorista da UE é a aproximação abrangente e transversal que cobre uma multiplicidade de instrumentos e acções: da diplomacia aos serviços de intelligence, passando pela criação de novos mecanismos legislativos e financeiros, as medidas de auxílio ao desenvolvimento, a promoção da democracia e dos direitos humanos, o reforço da vigilância e do controlo das fronteiras, a resolução de crises e conflitos, as acções militares e secretas, o combate à proliferação de ADM, etc. É assim que a luta contra o terrorismo se insere em todas as vertentes das actividades conduzidas pela União. Mesmo sendo possível distinguir as acções internas das acções externas da União, ao tornar-se uma prioridade horizontal, isto é, integrada nas múltiplas políticas e actividades da União, pretende-se que a luta antiterrorista beneficie de uma visibilidade e de uma durabilidade acrescida, face a uma ameaça que

é, ela própria, global e multifacetada.

CONCLUSÕES

Partindo de um vago e abstracto “compromisso estratégico”, a Estratégia Antiterrorista da UE baseia-se, expressamente, em quatro pilares (prevenir, proteger, perseguir e responder) e em quatro contributos da UE (reforçar as capacidades nacionais, facilitar a cooperação europeia, desenvolver a capacidade colectiva e promover as parcerias internacionais), tendo nós também realçado quatro elementos essenciais em que assenta a referida Estratégia (responsabilidade principal dos Estados-Membros; cooperação europeia; cooperação internacional e promoção do consenso mundial; aproximação abrangente e transversal). É esta “Estratégia 4-4-4” que corporiza a visão comum da UE e seus Estados-Membros no combate contra o terrorismo, apesar de se tratar, como habitualmente, do “mínimo denominador comum” adoptado pelos 25 Estados-Membros da União que têm experiências e visões tradicionalmente distintas sobre terrorismo e anti-terrorismo.

A Estratégia Antiterrorista vem juntar-se à “Estratégia Europeia de Segurança”, à “Estratégia Europeia contra a Proliferação de Armas de Destruição Massiva” e à “Estratégia de Combate à Radicalização e ao Recrutamento para o Terrorismo”, a que se soma ainda o Plano de Acção pormenorizado contra o terrorismo e um conjunto importante de instrumentos legislativos, práticas de cooperação e reforço de capacidades nacionais e colectivas, entretanto lançados. Portanto, na luta antiterrorista, à UE não faltam estratégias, instrumentos ou planos. O que é preciso é que os Estados europeus implementem, verdadeiramente, os mecanismos, as medidas e as acções que criaram e respeitem os prazos que eles próprios fixaram para os novos

instrumentos legais. Exige-se, igualmente, o reforço da cooperação e da coordenação, ao nível europeu e internacional, no domínio da partilha das informações e das actividades operacionais antiterroristas, sendo certo que o aprofundamento da partilha de informações implica, simultaneamente, o aumento da protecção da informação.

Fundamentalmente, a eficácia da Estratégia Antiterrorista depende da capacidade dos europeus se manterem coesos e firmes no combate absoluto e resolutivo ao terrorismo. Isso implica que, por um lado, não se deve hesitar na condenação de qualquer forma ou manifestação de actividades terroristas e, por outro, deve privar-se o terrorismo de qualquer pretensão de legitimação para as suas acções, seja ela política, religiosa, económica ou social. Como refere a própria Estratégia Antiterrorista da UE «O terrorismo é criminoso e injustificável em quaisquer circunstâncias» (...) Nunca o terrorismo poderá encontrar justificação, nem pode haver desculpa ou impunidade para os actos terroristas.³² Aliás, ainda antes de adoptarem esta Estratégia, os países europeus subscreveram a Declaração Final da Cimeira Mundial da ONU, em Setembro de 2005, onde, pela primeira vez, os líderes mundiais assumiram que «Condenamos energicamente o terrorismo em todas as suas formas e manifestações, independentemente de quem o cometa e onde e com que propósitos»³³. Deslegitimando sempre todas as suas formas e justificações, o terrorismo perderá poder de reivindicação política ou outra, perderá sentido como meio de luta, processo de vingança, instrumento “de Deus” ou mecanismo de propaganda. Infelizmente, nem todos os europeus parecem compreender isso, Governantes e ex-governantes incluídos...

* Professor Universitário (UAL, IESM e IDN), especialista em questões de segurança internacional, nomeadamente nas regiões da Europa e da Ásia. Antigo investigador da NATO, foi também assessor no Parlamento Europeu. Entre inúmeros ensaios e artigos e vários livros é autor, por exemplo, de *Novo Recorte Geopolítico Mundial* (2004), *A Identidade e a Política Europeia de Segurança e Defesa* (2001) e *A Segurança e a Estabilidade no Noroeste da Bacia do Pacífico* (2001).

1 Sobre esta designação e sua caracterização ver, por exemplo, Luis Tomé, “O 11 de Setembro e o «Terrorismo de Novo Tipo»” in *JANUS 2003- Anuário de Relações Exteriores*, co-Edição Observatório de Relações Exteriores da UAL e Jornal “Público”, Novembro 2002, pp. 116-117 (este e outros artigos também disponíveis na Internet em www.janusonline.pt) e “Novo Recorte Geopolítico Mundial - uma ordem uni-multipolar, uma grande guerra e o jogo de «contenções múltiplas»”, in *Nação e Defesa*, IDN, N.º 106, Outono-Inverno 2003, pp. 77-122. Isso mesmo também é feito, de forma mais detalhada, no livro *Novo Recorte Geopolítico Mundial*, EdiUAL e Quid Juris, Julho 2004, 284 pp. (também editado em inglês), em particular a “Parte III - A Nova Guerra Mundial Contra o Terror”, pp. 151-222.

2 União Europeia, Conselho, *Estratégia de Segurança Europeia - Uma Europa Segura num Mundo Melhor*, Bruxelas, 12 de Dezembro de 2003, pp. 3-4.

3 Ibid., parágrafo 3.

4 União Europeia, Conselho, *Estratégia Antiterrorista da União Europeia*, Bruxelas, 30 de Novembro de 2005, Introdução, parágrafo 1.

5 Ibid.

6 Ibid.

7 Ibid. pp. 2, 3 e 6.

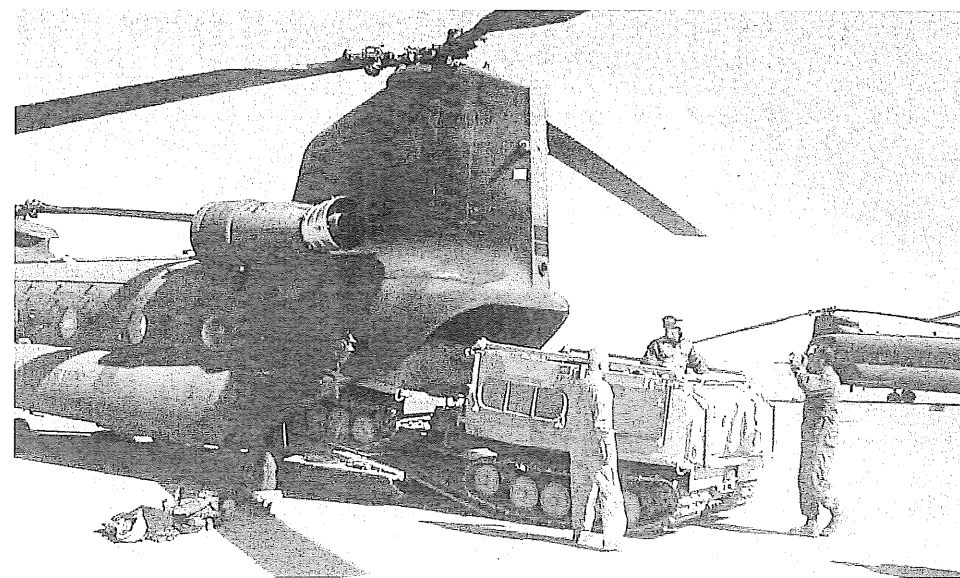
8 Ibid., parágrafo 13.

9 Ibid., parágrafo 21.

10 Ibid., parágrafo 31.

11 Ibid., parágrafo 38.

12 *Estratégia Antiterrorista da UE*, p. 4.



13 Segue-se uma descrição mais alargada da que fizera o autor em “A UE na luta contra o terrorismo”, in *JANUS 2006- Anuário de Relações Exteriores*, co-Edição Observatório de Relações Exteriores da UAL e Jornal “Público”, Lisboa, Dezembro 2005, pp. 20-21.

14 *Decisão-Quadro sobre Combate ao Terrorismo* de 13 de Junho de 2002.

15 Isto não significa, naturalmente, que não persistam diferenças entre os Estados Unidos e países europeus sobre a guerra contra o terrorismo. Sobre essas divergências ver, por exemplo, Luis Tomé, “EUA e UE - estratégias diferentes na «guerra contra o terror»”, in *JANUS 2005*, op. cit., pp. 140-141 e *Novo Recorte Geopolítico Mundial*, op. cit., pp. 49-82 e 200-210.

16 Maior desenvolvimento deste ponto é feito pelo autor, por exemplo, em “PESD - progressos e dilemas”, in *Mama Sume - Revista da Associação de Comandos*, N.º 64, Janeiro-Julho 2006, pp. 57-65.

17 Conselho da União Europeia, *Estratégia da UE de Combate à Radicalização e ao Recrutamento para o*

Terrorismo, Bruxelas, 24 de Novembro de 2005, p.3.

18 *Estratégia Antiterrorista da UE*, parágrafo 39.

19 Ibid., parágrafo 40.

20 Ibid., parágrafo 41.

21 Ibid.

22 *Estratégia Antiterrorista da UE*, op. cit., p. 4.

23 É o próprio Coordenador da Luta Antiterrorista da UE, Gjis de Vries, a reconhecê-lo. Ver, por exemplo, Gjis de Vries, entrevista à *NATO Review*, Outono de 2005, edição electrónica disponível em www.nato.int.

24 *Estratégia Antiterrorista da UE*, parágrafo 2.

25 Ibid., parágrafo 2.

26 Ibid., parágrafo 4.

27 Ibid., parágrafos 4 e 5.

28 Gjis de Vries, entrevista, op. Cit.

29 *Estratégia Antiterrorista da UE*, parágrafo 5.

30 Ibid., parágrafo 4.

31 Ibid., parágrafo 1.

32 Ibid., parágrafo 7.

33 ONU, *Declaração Final da Cimeira Mundial*, Setembro de 2005 - Terrorismo, parágrafo 81.